

RESSIGNIFICANDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INTERCULTURALIDADE

José Ferreira de Oliveira¹, Magda Schmidt Brasil², Maria Clotildes Felix Gabry³

¹Mestrando em Educação pela Fundação Universitária Iberoamericana/FUNIBER, (UNINI). Porto Rico.ferreiramagem@gmail.com

²Mestranda em Educação pela Fundação Universitária Iberoamericana/FUNIBER, (UNINI). Porto Rico.magda.brasil@gmail.com

³Mestranda em Educação pela Fundação Universitária Iberoamericana/FUNIBER, (UNIATLANTICO).
espanha.gabryclotildes@gmail.com

RESUMO

Sabendo que a cultura se constrói a partir do contexto histórico de um determinado povo, torna-se necessário preservar a identidade dos sujeitos, simplesmente apagar o histórico de um determinado povo, impondo tradições e crenças alheias não agrega na evolução humana, todo ato de exclusão cultural nos remete ao retrocesso e a mediocridade dos processos de colonialidade, em muitos territórios no Brasil e fora do Brasil. Infelizmente esses processos ocorreram numa configuração injusta na qual os colonizadores dominaram os povos, estabelecendo uma relação de superioridade e exploração. O posicionamento frente a educação intercultural é fundamental, bem como o respeito a diversidade, somos seres complexos e o respeito ao outro é essencial para a boa convivência, no processo de aprender a aprender prevendo práticas transformadoras para a educação intercultural. A abordagem nas escolas ainda caminha a passos lentos embora exista o afloramento de algumas discussões, é preciso que as políticas públicas implementem ações e estratégias que vislumbrem um cenário mais inclusivo. Devido o momento pandêmico a população mundial enfrenta um desafio, a pesquisa tem como proposta uma revisão bibliográfica motivada pelos estudos da disciplina "Interculturalidade e Educação" do Programa de Mestrado da Fundação Iberoamericana, tendo como marco teórico os estudos acadêmicos da professora e doutora Catherine Walsh (Diretora do Doutorado em Estudos Culturais da América Latina da Universidade Andina Simón Bolívar).

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores; Interculturalidade; Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A interculturalidade não é um assunto novo, vêm sendo discutido desde 1990, porém ganhou maior visibilidade nos últimos anos com a intensificação de debates entre alguns especialistas. A expansão desse tema emerge com questões bem específicas como: identidade cultural e educação intercultural, nesse sentido a disciplina de mestrado da Fundação Universitária Iberoamericana, aborda a interculturalidade sobre muitos aspectos baseados nos estudos de Catherine Walsh (2009; 2017). Segundo a autora, muito conhecida como pedagoga da colonialidade é preciso questionar as relações de poderes e a dominação das elites enfatizando uma postura reflexiva e construtiva para transformar a realidade, a autora faz uma severa crítica ao multiculturalismo que não estabelece aspecto relacional e dialógico, se limitando a tolerância entre as culturas, o que ainda demonstra a superioridade de uma cultura sobre a outra enquanto a interculturalidade pressupõe diálogo e interação. Importante lembrar que tolerar não significa necessariamente respeitar e acaba sendo apenas uma postura de indiferença que não promove aprendizagem.

A educação intercultural acontece quando as pessoas entendem a necessidade da relação de boa convivência, respeito e compartilhamento de saberes na coletividade, o principal fator para que isso aconteça é o diálogo integrado com as diferentes realidades culturais sem fazer distinção. Desse modo o indivíduo respeitará as crença, as diferenças étnico-racial, o gênero, a orientação sexual, tolerância religiosa, as variações linguísticas entre outros fatores internos ou externos, favorecendo assim a formação de indivíduos que reconheçam as diferenças sociais, as desigualdades, a inclusão, colaboração e a cooperação, na observação da diversidade existente ao seu derredor, contribuindo para

uma sociedade que se comunique através do diálogo, para a não violência, suprimindo assim o conflito entre grupos ou pares.

Parafraseando Funiber (2020), muitos países compreendem interculturalidade como possibilidade de transformação tanto na sociedade como nos sistemas educacionais, indo além do respeito a diversidade e propondo um lugar de direitos para o “diferente”, lugar para desenvolver a cidadania plena que preserva a identidade cultural. De acordo com Funiber (2020), os conflitos de ideias, os diálogos e intercâmbios enriquecem as aprendizagens interculturais e as instituições educacionais tem um papel fundamental nesse sentido.

As práticas educativas deveriam primar para o desenvolvimento de políticas públicas no combate ao analfabetismo, as desigualdades sociais, o racismo e o preconceito racial. Nesse sentido é preciso um olhar atento para a formação continuada de professores e aprimoramento na grade curricular dos cursos de formação inicial, com temas referentes a diversidade social, considerando o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Como fator essencial, o docente precisa reconhecer os estudantes como um ser diverso, tendo um olhar de criticidade e comprometimento sobre as habilidades e competências com a responsabilidade de observar a diversidade existente em sala de aula. A grade curricular deverá ressaltar as competências transversais com enfoque cooperativo, enfoque socioafetivo e o enfoque comunicativo rompendo com a exclusão e a cultura de alunos homogêneos a fim de possibilitar aproximação e respeito as peculiaridades.

O presente objeto de pesquisa no formato de resumo expandido originou-se a partir de uma revisão bibliográfica em conformidade com a disciplina de mestrado “Interculturalidade e Educação” da Fundação Iberoamericana - FUNIBER e o principal marco teórico se concentra na disciplina já mencionada (FUNIBER, 2020) nos estudos de (WALSH 2009; 2017). A pesquisa tem como principal objetivo a caracterização da formação de professores e a identificação de políticas educativas direcionadas a educação intercultural.

2 INTERCULTURALIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A educação intercultural é uma responsabilidade de todos, incluindo principalmente os poderes públicos com iniciativas para combater a xenofobia e a comunicação violenta. A omissão por parte dos governantes em relação a exclusão cultural tem origem na colonização do Brasil quando foi imposto aos índios e negros uma cultura baseada nas doutrinas jesuíticas que não respeitavam os hábitos, costumes e crenças de indígenas e africanos, mesmo com o avanço da globalização, a diversidade entre os povos continua sendo anulada. Durante muitas décadas as escolas foram e continuam sendo excludentes, a reprovação ou evasão acontece a partir dos alunos invisíveis, os que vinham para escola e ficavam no fundo da sala para não deixar vir à tona as mazelas que traziam consigo, por isso, a formação de professores é importantíssima e deve ser trabalhada nos centros formativos de pedagogia. Somente quando os oprimidos descobrem nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em sim mesmos, superando, assim, sua “convivência” com regime opressor. (FFREIRE 1987, p. 33).

A instituição educacional tem a importante função de fomentar uma educação humanizada que respeite a diversidade e prioriza o desenvolvimento de uma cidadania emancipatória. De acordo com FUNIBER (2020, p. 11), esse lugar vai permitir-lhes a participação política ativa na identificação e resolução dos problemas que atingem a todo o país e, assim, o ingresso com nome e mérito próprio a comunidade política, como sujeitos de direitos. Pelejar pela democracia é um ato que exige esforço contínuo, até que se conquiste igualdade de direitos, a convivência heterogênea no que concerne saber, ser e existir favorece os processos educacionais, visto que, a aprendizagem se torna muito mais

rica a partir das diferenças culturais, os diferentes grupos podem compartilhar saberes e conviver em harmonia.

Na perspectiva de FUNIBER (2020, p.27), [...] o que poderia ser considerado como um direito e uma grande oportunidade que carrega em si mesma a própria riqueza da condição humana, ainda é tido e manejado, em muitos contextos, como um problema social [...], nesse sentido devemos pensar na interculturalidade numa perspectiva de evolução humana, a cultura diversa pode gerar conflitos ao mesmo tempo que pode possibilitar um crescimento significativo a partir das interações e intercâmbios, quanto mais heterogêneo for um determinado contexto maior será a aquisição de conhecimentos interculturais com experiências compartilhadas.

Segundo Catherine Walsh (2017) é preciso pensar interculturalidade com mais responsabilidade, considerando seu significado na íntegra bem como observar os projetos a respeito do tema para questionar os discursos políticos que muitas vezes não condizem com a verdade de fato, apesar do colonialismo já ter sido superado, a colonialidade continua presente nas relações de poderes dominantes. O propósito maior da interculturalidade é confrontar o status quo do colonialismo e defender a diversidade cultural composta por grupos que são explorados e subjugados a partir de um fenômeno histórico que ainda se repete em pleno século XXI. Desde sempre o homem tenta estabelecer uma relação de poder para dominação, sendo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos garante direitos iguais independente de cultura, raça, religião, gênero, orientação sexual, entre outros.

O sistema dominante ainda não permite uma transformação legítima quanto a colonialidade, parafraseando Dietz (2012) e Walsh (2012) o multiculturalismo e o interculturalismo são usados como ferramentas nos discursos políticos enquanto as práticas de segregação perpetuam sem que haja mudança nas relações e modos de vida. Para Muiyolema (2001), o multiculturalismo expressa tolerância liberal como arma para dominação das elites sobre os menos favorecidos. Segundo Freire, (1987, p.113), “na verdade, toda dominação implica numa invasão, não apenas física, visível, mas às vezes camuflada, em que o invasor se apresenta como se fosse o amigo que ajuda. No fundo, a invasão é uma forma de dominar econômica e culturalmente ao invadido”. A fim de combater a dominação camuflada é preciso uma educação intercultural crítica e reflexiva baseada numa concepção dialógica para questionar a segregação e as culturas dominantes que anulam a identidade das minorias.

A educação intercultural reconhece a pluralidade e o respeito à diversidade, respeita direitos que vão além de tolerância ou discurso político porque prevê diálogo, relacionamento e transformação. Parafraseando (Walsh, 2012), o interculturalismo deve estar pautado no senso crítico e construtivo a fim de transformar a realidade enquanto para Funiber, (2020) confirma que é preciso muito mais que reconhecer o ser “diferente”, é necessário compreender um novo lugar para esse sujeito permitindo o exercício de uma cidadania ativa na sociedade. Para trabalhar interculturalidade em sala de aula é preciso iniciar desconstruindo a relação de poder que existe entre educadores e educandos, infelizmente a escola também acaba sendo um ambiente de dominação quando o educador assume uma postura tradicional que detém todo saber e não valoriza o diálogo. Interculturalidade não se esgota com o reconhecimento do pensamento dos outros, é necessário um diálogo que desconstrua e reconstrua maneiras outras de ver e interagir com os outros além do modelo colonial (Funiber, 2020, p.13). A diversidade cultural é compreendida como uma competência transversal na grade curricular e no cotidiano escolar as temáticas transversais tem ficado em segundo plano, é preciso repensar didáticas e metodologias significativas para essas competências.

Parafraseando Funiber (2020, p.71) as metodologias devem contemplar enfoque cooperativo, enfoque socioafetivo e enfoque comunicativo. Não basta formar um cidadão

para o mundo do trabalho, é muito mais do que isso, é formar pessoas preparadas para viver em uma sociedade democrática, formar um indivíduo competente para lutar contra a fatalidade movida por ignorância e desigualdade social. Segundo SAVATER (2015) [...] o papel da educação não é apenas treinar habilidades e processos, é também formar pessoas completas, capazes de utilizar a democracia de uma maneira crítica e positiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão apresentada nesse resumo não se esgota e a principal ação para atingir objetivos a favor da interculturalidade implica em metodologias e estratégias que favoreçam a integração, cooperação e a colaboração entre grupos e pares. Infelizmente existe uma inclinação para sala homogênea e acabamos refletindo a padronização do século passado excluindo os alunos que fogem do padrão exigido pela sociedade, contribuindo assim para a estratificação social. Só teremos de fato a educação intercultural através de novos saberes e conhecimento que transforme o indivíduo em um ser capaz de respeitar em todos os aspectos sociais, culturais e políticos visando o bem da coletividade. As interações comunicativas surgem de experiência na vida real e no imaginário das pessoas para a competência comunicativa e socioemocional. Com isso podemos afirmar que os modelos tecnológicos, hermenêuticos e críticos vieram para a compreensão da interculturalidade no âmbito da educação intercultural. O modelo tecnológico aponta para compreensão dos problemas que afetam as minorias de uma comunidade ou região como os negros e indígenas. O hermenêutico veio para as modificações dos currículos, pelos professores de forma gradual e o reconhecimento a diversidade. Com o modelo crítico veio como uma visão emancipatória com o propósito de derrubar barreiras e estruturas sócias, culturais e quebra de paradigmas das classes dominantes. Freire (1987) afirma que: O seu conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra, contudo, prejudicado pela “imersão” em que se acham na realidade opressora. Podemos afirmar que a interculturalidade é abrangente e que veio para atender as minorias, e agregou-se novos grupos que lutam para que de fato a interculturalidade entre na grade curricular pra que toda forma de discriminação seja abolida, mas isso somente se dará com mudanças nas políticas públicas referentes à formação de professores.

REFERÊNCIAS

DIETZ, G. **Multiculturalismo, interculturalidad y diversidad em educacion**: uma Aproximacion antropológica. México, DF: Fondo de Cultura Economica, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FUNIBER. **Interculturalidade e educação**: interculturalidade e educação intercultural. Barcelona. Espanha, 2020. (p. 27).

MUYOLEMA, A. **De la “cuestiom indígena” a lo “indígena” como cuestionamento**. Em I. Rodriguez (ed.), convergencia de tiempoa: estúdios subalternos/contextos latino-americanos. Estado, cultura y Subalternidad (pp.327-364). Amsterdam-Atlanta Rodopi, 2001.

WALSH, C. **Hacia una comprension de la interculturllidad**. Em C. Walsh (ed.), Interculturalidad crítica y (de)colonialidade. Ensayos desde Abya Yala (pp.88-93). Quito: Ediciones Abya-Yala, 2012.

WALSH, C. Aprender, desaprender y reaprender, junto a los movimientos sociales. Entrevista a Catherine Walsh/interviewer: Pluralidades, **Revista para el debate**, v. 5-6, julio, Intercultural, Lima, 2012.

FUNIBER. **Interculturalidade e educação**: interculturalidade: discursos contemporâneos. Barcelona. Espanha, 2012.

GHIO, M. **Caderno Pedagógico: Formação Continuada e Base Nacional Comum Curricular**. (2019)

SAVATER, Fernando. **Conferência Fronteiras do Pensamento**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jlw1-VbJVcshttps>. Acesso em: 22 set. 2020

WALSH, C. **Interculturalidad, estado, sociedad**: Luchas (de) coloniales de nuestra época. Quito Universidad Andina Simón Bolívar- Ediciones Abya-Yala, 2012.